

# PROTOCOLO

02/02/2018  
Hrs: 13:23  
Ademilson Santos



Poder Legislativo  
Câmara Municipal de Catalão  
Estado de Goiás



Projeto de Lei nº 10/2018

Catalão, 02 de fevereiro de 2018.

***“Dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do município de Catalão/GO”.***

O Vereador Claudio Silva Lima, no uso de suas atribuições regimentais, encaminha ao Plenário desta laboriosa Casa de Leis, a seguinte proposição:

**Art. 1º:** Fica o proprietário, responsável ou condutor de animal doméstico obrigado a realizar a coleta das fezes dos mesmos, quando evacuadas nas vias, logradouros, parques e praças públicas, acondicionando em recipiente adequado.

**Art. 2º:** O produto coletado pelo proprietário, responsável ou condutor do animal de estimação será transportado e depositado em local adequado.

**Art. 3º:** Aqueles que não realizarem a limpeza das fezes serão advertidos da seguinte maneira:

I – advertência por escrito;

II – nos casos de reiteração serão autuados com multa pecuniária de 50 (cinquenta) UFM's, independentemente de outras sanções previstas em normas legais.

**Parágrafo Único:** A aplicação da multa prevista no inciso II deverá ser feita pelos funcionários da Fiscalização Municipal.



**Poder Legislativo  
Câmara Municipal de Catalão  
Estado de Goiás**



**Art. 4º:** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei via Decreto Municipal, sendo necessário.

**Art. 5º:** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Catalão, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2018.

**Claudio Silva Lima**



**Poder Legislativo  
Câmara Municipal de Catalão  
Estado de Goiás**



**JUSTIFICATIVA:**

O projeto tem como objetivo levar mais saúde à população e contribuir com a preservação do meio ambiente, tendo em vista que fezes nas ruas são prejudiciais à saúde.

Deste modo, a medida irá amenizar a quantidade de dejetos que não são recolhidos adequadamente e podem contaminar pessoas com uma verminose, infecções intestinais, diarreias, vômitos e até cegueira.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), pesquisas realizadas em 2013, apontam que as famílias brasileiras cuidam de 52 milhões de cães contra 45 milhões de crianças, ou seja, há mais animais do que crianças. Cada vez mais, o número de pessoas tem adotado animais de estimação como parte integrante da família.

Nos dias atuais esse índice já está bem mais elevado, possibilitando que os passeios públicos como as calçadas, praças, parques e calçadões, transformem-se em verdadeiros banheiros públicos para esses animais, e podemos observar isso devido aos dejetos espalhados nesses locais.

Referidos dejetos causam sérios riscos de contaminação quando um animal entra em contato com fezes contaminadas, pois ela contém muitos vírus e diversos vermes intestinais.

Entre as doenças que podem ser adquiridas, está a parvovirose, que é um vírus transmitido pelas fezes de animais que não tiveram a devida vacinação. O tratamento para esse caso é demorado e bastante caro.

Desta forma, recolher a sujeira dos animais mantém a cidade limpa e longe de qualquer risco de contaminação.



**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Catalão**  
**Estado de Goiás**

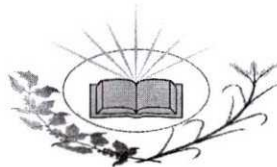


Ante o exposto, entendo que o intuito do presente projeto de lei vai ao encontro do interesse público e constitui medida importante para a população do Recife, razão pela qual merece ser aprovado por esta Casa legislativa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Catalão, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2018.

**Claudio Silva Lima**





República Federativa do Brasil  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Processo Legislativo



Ofício nº. 009/2018

Catalão, 07 de fevereiro de 2018.

Ao Exmo. Sr. Presidente

**Ver. Marcelo Rodrigues Mendonça**

Da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho através do presente, solicitar a Vossa Excelência que **encaminhe, por meio de Despacho, o Projeto de Lei nº 010/2018 à relatora da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer, Sra. Silvia Aparecida Rosa (Silvinha), no prazo de 2 (dois) dias úteis, para emissão de parecer, o qual deve ser emitido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em conformidade com os artigos 33, inciso III; 86 e 87 do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

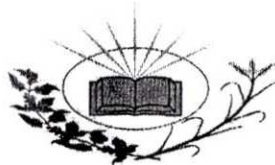
Para tanto, cabe informar que todos os vereadores receberam cópia do projeto acima citado, (Ofício nº 005/2018 – Processo Legislativo), bem como que o mesmo somente será apreciado em Plenário com os devidos pareceres.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração, e colocamo-nos a disposição.

Cordialmente,

**Patrícia Ferreira Dias**  
Dpt. de Processo Legislativo

*Recebido*  
*07/02/18*  
*fufufuf*



República Federativa do Brasil  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Processo Legislativo



Ofício nº. 008/2018

Catalão, 07 de fevereiro de 2018.

À Exma. Sra. Presidente  
**Ver. Rosângela Santana Ferreira**  
Da Comissão de Saúde

Excelentíssima Senhora Presidente,

Venho através do presente, solicitar a Vossa Excelência que **encaminhe, por meio de Despacho, os Projetos de Lei nº 006/2018, 008/2018, 009/2018 e 010/2018 à relatora da Comissão de Saúde, Sra. Silvia Aparecida Rosa (Silvinha), no prazo de 2 (dois) dias úteis**, para emissão de parecer, o qual deve ser emitido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em conformidade com os artigos 33, inciso III; 86 e 87 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Para tanto, cabe informar que todos os vereadores receberam cópia dos projetos acima citados, (Ofícios nº 004/2018 e 005/2018 – Processo Legislativo), bem como que os mesmos somente serão apreciados em Plenário com os devidos pareceres.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração, e colocamo-nos a disposição.

Cordialmente,

**Patrícia Ferreira Dias**  
Dpto Processo Legislativo



República Federativa do Brasil  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Gabinete do Vereador Marcelo Mendonça



18<sup>REDE</sup>  
VEREADOR  
**MARCELO MENDONÇA**  
"Pessoas de luta e de paz"

Memorando: nº 003/2017

Catalão, 08 de fevereiro de 2018.

Ilma. Sra.

**Silvia Aparecida Rosa**

Relatora da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer da Câmara Municipal de Catalão/GO

Prezada Senhora,

Em conformidade com o artigo 86 do Regimento Interno desta Casa de Leis, ciente, despacha-se o Ofício nº 009/2018, datado em 07 de fevereiro de 2018, para elaboração de Parecer, alusivo à análise quanto à pertinência do tema e verificação das demais formalidades, concernente ao Projeto de Lei Municipal nº 010/2018 (dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no município).

Ressalta-se que o presente projeto foi deliberado na 02ª Sessão Ordinária (06/02/2018) e será votada em Plenário somente com os devidos pareceres.

Os melhores cumprimentos,

**Marcelo Mendonça**  
Vereador - Rede

**Marcelo Rodrigues Mendonça**  
Vereador do Município de Catalão – GO  
REDE SUSTENTABILIDADE

**PROTOCOLO**

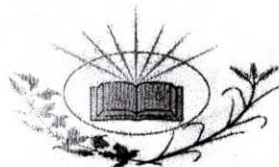
08/02/2018

Hrs: 10:04

Admécia Santos

*Cardeiro*  
*08/02/18*





República Federativa do Brasil  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Processo Legislativo



**RECEBEMOS**  
EM 07/02/2018 9:38 hs  
Assessoria de Gabinete Ver. Marcelo Mendonça

Ofício nº. 009/2018

Catalão, 07 de fevereiro de 2018.

Ao Exmo. Sr. Presidente  
**Ver. Marcelo Rodrigues Mendonça**  
Da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho através do presente, solicitar a Vossa Excelência que **encaminhe, por meio de Despacho, o Projeto de Lei nº 010/2018 à relatora da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer, Sra. Silvia Aparecida Rosa (Silvinha), no prazo de 2 (dois) dias úteis, para emissão de parecer, o qual deve ser emitido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em conformidade com os artigos 33, inciso III; 86 e 87 do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

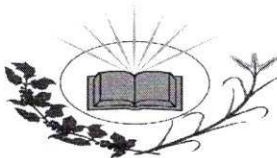
Para tanto, cabe informar que todos os vereadores receberam cópia do projeto acima citado, (Ofício nº 005/2018 – Processo Legislativo), bem como que o mesmo somente será apreciado em Plenário com os devidos pareceres.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração, e colocamo-nos a disposição.

Cordialmente,

**Patrícia Ferreira Dias**  
Diretora de Processo Legislativo





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS

PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER JURÍDICO**

PARECER PJ N° 010/2.018

Referência: PROJETO DE LEI 010, de 02 de Fevereiro de 2.018.

Assunto: "Dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do Município de Catalão".

Autoria: VER. CLÁUDIO SILVA LIMA (MDB)

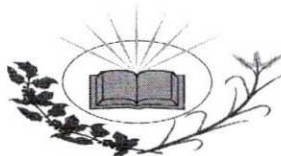
EMENTA: DIRETO ADMINISTRATIVO. PROJETO DE LEI. VEREADOR. REGULAMENTAÇÃO DE INTERESSE LOCAL. REQUISITOS PROCESSUAIS PRESENTES. LEGALIDADE.

Legalmente designada como órgão de assessoria técnica da Mesa Diretora e dos Vereadores, responsável pela orientação do processo legislativo, pela representação judicial da Câmara Municipal e pelo assessoramento e consultoria técnico-legislativa das Comissões Temporárias, em cumprimento ao que determinam os art. 60, IV e 75, § 4º da Resolução nº 02 de 04 de Agosto de 2.010, que instrui o Regimento Interno deste Poder Legislativo, passo a análise do presente matéria na melhor forma da lei.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do vereador Cláudio Silva Lima (MDB) autuado junto à secretaria da Câmara Municipal de Catalão sob a nomenclatura "PROJETO DE LEI N° 010/2018" que "*Dispõe sobre a obrigação*

Thadeu Botêga Aguiar  
Procurador-Geral  
DAB / 6031.168  
1



**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS**

**PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**  
*de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do Município de Catalão”.*

O Projeto foi encaminhado a Casa para análise no dia **02/02/2018** cumprindo o Regimento Interno da Casa, e portanto, observa-se que o projeto, encontra-se, plenamente correto e tempestivo no âmbito processual da Casa, estando apto para emissão deste parecer por este órgão consultivo na forma que segue.

É o relato.

**ANÁLISE**

Conforme ensina o ilustre Ely Lopes Meireles *in* Direito Municipal Brasileiro, 17.<sup>a</sup> edição, Malheiros, 2.013, pág. 683:

**“A Assessoria Técnico-Legislativa (...) desempenha funções especializadas de exame das proposições a serem discutidas e votadas em Plenário, emitindo pareceres exclusivamente técnicos e cuidando da redação dos atos legislativos. Não toma parte nas discussões, não interfere nas deliberações do Plenário ou do presidente, limitando-se a colaborar no aprimoramento formal e técnico das leis e resoluções.”**

Pois bem, *a priori* verifica-se que o presente Projeto de Lei proposto pelo nobre vereador trata-se de regulamentação legal para obrigar a

Thadeu Botega Assis  
Procurador Geral  
OAB/GO 6031.168



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS

**PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**

todos proprietário, responsável ou condutor de animal doméstico a realizar a limpeza, remoção e destinação das fezes geradas por suas respectivas criações, quando geradas nos logradouros públicos do território catalano, tendo sido instruído na forma recomendada já que acompanhado da devida justificativa que assim assenta: **“O projeto tem como objetivo levar mais saúde à população e contribuir com a preservação do meio ambiente, tendo em vista que fezes nas ruas são prejudiciais à saúde. Deste modo, a medida irá amenizar a quantidade de dejetos que não são recolhidos adequadamente e podem contaminar pessoas com uma verminose, infecções intestinais, diarreias, vômitos e até cegueira”.**

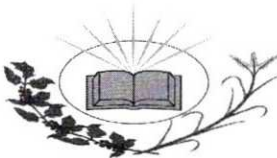
Uma vez destacada a justificativa do edil para matéria, passa-se à análise da iniciativa da proposição, da sua adequação ao Regimento Interno da Casa, bem como ainda ao caráter constitucional e atestando ou não sua legalidade.

Quanto a **iniciativa** é legítima, pois a proposição trata dos interesses locais do Município e da administração de seus órgãos, matérias de sua competência previstas no art. 30, I, da CF/88 c/c art. 8º, I da Lei Orgânica do Município de Catalão (GO).

Sob à ótica **regimental**, não se vislumbra nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que a proposição está em consonância com os arts. 93, 95 e 98 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Thadeu Botêga Aguiar  
Procurador Geral  
AB-6031.168





**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS**

**PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**

Na seara constitucional, o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em conformidade com o art. 30, I, da CF/88, com o conteúdo material da Constituição e outras normas constitucionais concernentes ao processo legislativo.

Portanto, de se concluir que há legalidade e juridicidade no projeto, já que não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Sendo assim, a proposição ora analisada é provida de juridicidade e constitucionalidade.

Desta forma, verificando que não ferem nenhuma legislação federal, estadual e muito menos municipal, e considerando o projeto tem finalidade justificável, a proposição ora analisada é provida de juridicidade e constitucionalidade, passando a conclusão.

**CONCLUSÃO**

Após analisar atentamente o Projeto em referência e verificando que pauta pela constitucionalidade, obedecendo as pilares descritos estritamente nos limites da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica Municipal e a legislação pertinente no ordenamento, vejo como correto o referido projeto.

Thadeu Botêga Aguiar  
Procurador Geral  
TAB / 6031.168





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO  
ESTADO DE GOIÁS

**PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**

Uma vez estando sua redação de acordo com a técnica legislativa exigida, opinamos pela **LEGALIDADE** do projeto em testilha, a ser apreciado pelo Plenário da Casa nos termos regimentais.

Importante salientar que para aprovação tal proposição necessitará do voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à sessão de votação, conforme previsto no art. 127, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o parecer, s.m.j..

CATALÃO (GO), 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Thadeu Botêga Aguiar  
Procurador Geral  
OAB / 6034.168

**THADEU BOTÊGA AGUIAR**  
PROCURADOR GERAL



**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Catalão**  
**Estado de Goiás**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**  
**Gabinete da Presidência**

**PROTOCOLO**

02 / 04 / 2018  
**Hrs:** 09:40  
Ademir Santos



**Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Redação nº 29, de 2018, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 02 de fevereiro de 2018.**

**RELATÓRIO**

Projeto de Lei nº 10, de 02 de fevereiro de 2018, de autoria do Ilustre Vereador Claudio Silva Lima, *"dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do Município de Catalão/GO."*

Justificativa do autor: ***Pretende o Autor, fazer com que os proprietários, responsáveis ou condutores dos animais que transitam pelas vias públicas, sejam obrigados a realizar a coleta e dar destinação adequada aos dejetos produzidos pelos respectivos animais. Acrescenta em último momento que as fezes são prejudiciais à saúde pública.***

Assim, a presente proposição, protocolada em 02.02.18 e deliberada em 06.02.18, vem à Comissão de Constituição, Legislação e Redação, nos termos art. 26, *caput* e §2º, do Regimento Interno desta Câmara Municipal, para emissão de parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

  
**Cláudio Lima**  
Vereador

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

  
**Paulo Moreira do Vale**  
Vereador

Telefone/Fax: (0\*\*64) 3442-3750 / 3442-4026 / 3442-3685 / 3442-3278 / 3411-4444  
Rua Nicolau Abrão, 175 – Centro – CEP: 75.701-970 – Catalão – Goiás  
E-mail: camara@catalo-go.com.br

  
**Jair Humberto da Silva**  
Vereador



**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Catalão**  
**Estado de Goiás**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**  
**Gabinete da Presidência**

**FUNDAMENTAÇÃO E VOTO**

Digna-se a Comissão de Constituição, Legislação e Redação, o Projeto de Lei sob exame que tem por objetivo, *dispor sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destinação adequada às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do Município de Catalão/GO.* ”

Inicialmente cumpre mencionar que tal proposição necessitará, para aprovação, **de votos favoráveis da maioria simples dos Vereadores presentes ao Plenário da Câmara**, nos termos do art. 127, do Regimento Interno.

Antes de tratar da análise da regimentalidade, constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, necessário proceder à análise da iniciativa do autor, tendo em vista que esta questão pode interferir na tramitação da proposição.

**Quanto à Iniciativa** – Tem-se que a proposição é de interesse local, razão pela qual encontra guarida legal na CRFB/88, em seu art. 30, I e art. 8º, I, da LOM, e será exercida nos termos do art. 95, III do Regimento Interno. **Claúdio Lima**  
Vereador

Desse modo, conclui-se no caso em questão, não se vislumbram vícios de iniciativa, devendo o referido Projeto de Lei prosseguir em seu trâmite, sem impedimentos.

Portanto, legal a iniciativa do Autor.

**Paulo Moreira do Vale**  
Vereador

Telefone/Fax: (0\*\*64) 3442-3750 / 3442-4026 / 3442-3685 / 3442-3278 / 3411-4444  
Rua Nicolau Abrão, 175 – Centro – CEP: 75.701-970 – Catalão – Goiás  
E-mail: camara@catalo.go.gov.br

**Jair Humberto da Silva**  
Vereador





**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Catalão**  
**Estado de Goiás**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**  
**Gabinete da Presidência**

Superada esta etapa, passa-se à análise da Constitucionalidade, Legalidade, Regimentalidade e Técnica Legislativa.

**Quanto à Constitucionalidade** – Observa-se que a presente proposição, encontra-se em consonância com os ditames previstos na Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, que outorga a competência de legislar sobre matérias de interesse local, aos Municípios (art. 30, I; art. 64, I e art. 8º, I, respectivamente).

Assim, é Constitucional a presente proposição.

**Quanto à Legalidade** – O presente Projeto de Lei merece prosperar, vez que o Regimento Interno, em seu art. 98, I, prevê competência para apresentação de proposições que inclui programas em calendário oficial de eventos.

Desse modo, legal a proposição.

**Quanto à Regimentalidade** – Não se vislumbram vícios capazes de impedir o seu regular trâmite, em razão de seguir o disposto no art. 93, § 1º. “c” c/c art. 98, § 1º, I, bem como art. 101-A, todos da Resolução nº 002, de 04 de fevereiro de 2010 (Regimento Interno).

O Projeto de Lei nº 10/2018, obedece ao previsto no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

*Claúdio Lima*  
Vereador

**Quanto à necessidade de emissão de Pareceres** – Considerando que o objeto da matéria submetida ao Plenário por meio da referida propositura está adstrita aos temas das Comissões Permanentes, recomenda-se a emissão dos Pareceres das Comissões de Educação e Serviços Sociais; Direitos

*Paulo Moreira do Vale*  
Vereador

Telefone/Fax: (0\*\*64) 3442-3750 / 3442-4026 / 3442-3685 / 3442-3278 / 3411-4444  
Rua Nicolau Abrão, 175 – Centro – CEP: 75.701-970 – Catalão – Goiás  
E-mail: camacatalao@gmail.com.br

*Jair Humberto da Silva*  
Vereador





**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Catalão**  
**Estado de Goiás**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**  
**Gabinete da Presidência**

Humanos, nos termos dos artigos 29; 30, VI, respectivamente; todos do Regimento Interno.

**Quanto à Redação** – Observando a presente proposição, vê-se claramente a necessidade de promover a correção no texto da justificativa, ultima parágrafo, que passa a ter a seguinte redação: ***Ante o exposto, entendo que o intuito do presente projeto de Lei vai ao encontro do interesse público e constitui medida importante para a população de Catalão, razão pela qual merece ser aprovado por esta Casa Legislativa.***

**Quanto à Técnica Legislativa** – Não há reparos relevantes a ser feitos, por estar de acordo com previsto na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1.988.

**CONCLUSÃO**

Por todo exposto, tem-se que o Projeto de Lei de nº 10, de 02 de fevereiro de 2018, de autoria do Ilustre Vereador, Claudio Silva Lima, se encontra em simetria com a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município, bem como todo ordenamento legal e tramita dentro dos parâmetros estabelecidos na Resolução 002, de 04 de fevereiro de 2010 (Regimento Interno). Por fim, reveste-se de boa técnica legislativa.

  
**Paulo Moreira do Vale**  
Vereador

  
**Cláudio Lima**  
Vereador

  
**Jair Humberto da Silva**  
Vereador

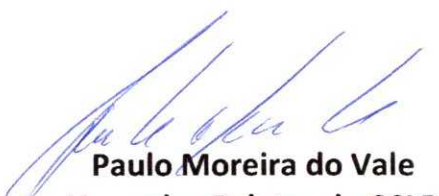


**Poder Legislativo**  
**Câmara Municipal de Catalão**  
**Estado de Goiás**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**  
**Gabinete da Presidência**

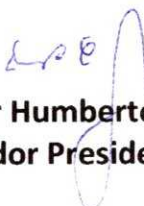
No mérito, merece acolhimento.

É o voto.

Catalão/GO, 29 de março de 2018.

  
**Paulo Moreira do Vale**  
**Vereador Relator da CCLR**

Acompanha o voto do Relator:

  
**Jair Humberto da Silva**  
**Vereador Presidente da CCLR**

Acompanha o voto do Relator:

  
**Claudio Silva Lima**  
**Vereador Vogal da CCJR**

PROTOCOLO

19/02/18

Hrs: 15:06

Letícia F. dos



Poder Legislativo  
Estado de Goiás

Câmara Municipal de Catalão

Comissão De Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer



PROJETO DE LEI Nº 10/2018

**PARECER DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS,  
TURISMO E LAZER  
VOTO DA RELATORA**

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 10/2018, de autoria do Vereador Claudio Silva Lima, **“Dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do município de Catalão”**.

Vem a proposição de Lei à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer para emissão de parecer.

Justificativa do autor: **“O projeto tem como objetivo levar mais saúde à população e contribuir com a preservação do meio ambiente, tendo em vista que fezes nas ruas são prejudiciais à saúde”**. Afirma ainda que **“a medida irá amenizar a quantidade de dejetos que não são recolhidos adequadamente e podem contaminar pessoas com uma verminose, infecções intestinais, diarreias, vômitos e até cegueira”**.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, fui designada relatora.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação de meu parecer e voto.

*Handwritten signature*  
*manir*





Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer



PROJETO DE LEI Nº 10/2018

### FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

O projeto de Lei sob exame tem por objetivo fazer com que o proprietário, responsável ou condutor de animais domésticos sejam obrigados a realizar a coleta das fezes em locais públicos.

Desta forma, pretende-se que se promovam ações no sentido de primeiramente uma advertência por escrito, e caso houver reincidência que seja aplicada multa e outras sanções.

Diante do exposto, fica evidente, caso esta proposição seja aprovada e vigore como lei, além de ajudar na limpeza da cidade, faz com que se evitem doenças que podem ser adquiridas através de dejetos contaminados, evitando assim qualquer tipo de contaminação.

*Assinatura manuscrita*  
*maria*





Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer

PROJETO DE LEI Nº 10/2018

CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me pelo REGULAR TRAMITE E  
POSTERIOR VOTAÇÃO ao Projeto de Lei nº. 10/2018.

Catalão (GO), 19 de Fevereiro de 2018

**Silvia Aparecida Rosa**  
Relatora



Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer



PROJETO DE LEI Nº 10/2018

**VOTO DO PRESIDENTE**

Acompanho e sou favorável ao voto da relatora.

**Marcelo Rodrigues Mendonça**  
Presidente  
Marcelo Mendonça  
Vereador - Rede

**VOTO DO VOGAL**

Acompanho e sou favorável ao voto da relatora.

**Marciel de Oliveira Mesquita**  
Vogal



Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Saúde



## PROTOCOLO

19/02/18

Hrs: 15 : 06

Patrícia F. Lima

PROJETO DE LEI Nº 10/2018

### PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE

#### VOTO DA RELATORA

#### RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 10/2018, de autoria do Vereador Claudio Silva Lima, **“Dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do município de Catalão”**.

Vem a proposição de Lei à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Turismo e Lazer para emissão de parecer.

Justificativa do autor: **“O projeto tem como objetivo levar mais saúde à população e contribuir com a preservação do meio ambiente, tendo em vista que fezes nas ruas são prejudiciais à saúde”**. Afirma ainda que **“a medida irá amenizar a quantidade de dejetos que não são recolhidos adequadamente e podem contaminar pessoas com uma verminose, infecções intestinais, diarreias, vômitos e até cegueira”**.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, fui designada relatora.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação de meu parecer e voto.



Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Saúde



PROJETO DE LEI Nº 10/2018

### FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

O projeto de Lei sob exame tem por objetivo fazer com que o proprietário, responsável ou condutor de animais domésticos sejam obrigados a realizar a coleta das fezes em locais públicos.

Desta forma, pretende-se que se promovam ações no sentido de primeiramente uma advertência por escrito, e caso houver reincidência que seja aplicada multa e outras sanções.

Diante do exposto, fica evidente, caso esta proposição seja aprovada e vigore como lei, além de ajudar na limpeza da cidade, faz com que se evitem doenças que podem ser adquiridas através de dejetos contaminados, evitando assim qualquer tipo de contaminação.





Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Saúde



PROJETO DE LEI Nº 10/2018

CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto-me pelo REGULAR TRAMITE E  
POSTERIOR VOTAÇÃO ao Projeto de Lei nº. 10/2018.

Catalão (GO), 19 de Fevereiro de 2018

  
**Silvia Aparecida Rosa**  
Relatora



Poder Legislativo  
Estado de Goiás  
Câmara Municipal de Catalão  
Comissão De Saúde



PROJETO DE LEI Nº 08 / 2018

### VOTO DA PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto da relatora.

  
**ROSÂNGELA SANTANA FERREIRA**  
Presidente

### VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto da relatora.

  
**PEDRO HENRIQUE DE MACEDO SILVA**  
Vogal



Câmara Municipal de Catalão  
Departamento de Processo Legislativo



AUTÓGRAFO DE LEI nº. 22, de 11 de Abril de 2018.

***“Dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do município de Catalão/GO”.***

A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, no uso de suas prerrogativas constitucionais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º:** Fica o proprietário, responsável ou condutor de animal doméstico obrigado a realizar a coleta das fezes dos mesmos, quando evacuadas nas vias, logradouros, parques e praças públicas, acondicionando em recipiente adequado.

**Art. 2º:** O produto coletado pelo proprietário, responsável ou condutor do animal de estimação será transportado e depositado em local adequado.

**Art. 3º:** Aqueles que não realizarem a limpeza das fezes serão advertidos da seguinte maneira:

- I – advertência por escrito;
- II – nos casos de reiteração serão autuados com multa pecuniária de 50 (cinquenta) UFM's, independentemente de outras sanções previstas em normas legais.

**Parágrafo Único:** A aplicação da multa prevista no inciso II deverá ser feita pelos funcionários da Fiscalização Municipal.





**Câmara Municipal de Catalão**  
**Departamento de Processo Legislativo**



**Art. 4º:** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei via Decreto Municipal, sendo necessário.

**Art. 5º:** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Deusmar Barbosa da Rocha**  
Presidente da Câmara Municipal de Catalão



**República Federativa do Brasil  
Estado de Goiás  
Município de Catalão**

**LEI Nº 3.550, de 11 de abril de 2018.**

**“Dispõe sobre a obrigação de realizar a limpeza e a remoção e de dar destino adequado às fezes geradas por animais em praças, parques e logradouros públicos no âmbito do município de Catalão/GO”.**

A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, no uso de suas prerrogativas constitucionais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º:** Fica o proprietário, responsável ou condutor de animal doméstico obrigado a realizar a coleta das fezes dos mesmos, quando evacuadas nas vias, logradouros, parques e praças públicas, acondicionando em recipiente adequado.

**Art. 2º:** O produto coletado pelo proprietário, responsável ou condutor do animal de estimação será transportado e depositado em local adequado.

**Art. 3º:** Aqueles que não realizarem a limpeza das fezes serão advertidos da seguinte maneira:



I – advertência por escrito;

II – nos casos de reiteração serão autuados com multa pecuniária de 50 (cinquenta) UFM's, independentemente de outras sanções previstas em normas legais.

**Parágrafo Único:** A aplicação da multa prevista no inciso II deverá ser feita pelos funcionários da Fiscalização Municipal.

**Art. 4º:** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei via Decreto Municipal, sendo necessário.

**Art. 5º:** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO-GO,**  
Estado de Goiás, aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2018.

**ADIB ELIAS JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**